

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1. Prestação de **Serviço de Arbitragem**, para o Torneio de Vôlei de praia 2023 apoiado pela Secretaria Turismo, Esporte, Lazer e Juventude conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

1	Arbitragem para jogos de Vôlei de praia. Sendo que a arbitragem será composta com; 02 (dois) árbitros (principal e de linha) e 01 (um) anotador.	Unidade	20
---	---	---------	----

### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Prestação de serviços acima elencados atenderá à necessidade para a apoio a II Copa de Vôlei de areia que será realizado no dia 25 de Junho de 2023, com início previsto para as 08:00 horas, no Esporte Clube Rio Preto.

Tendo em vista o fim da pandemia COVID 19 e a retomada das atividades esportivas e de lazer em nossa cidade, a Secretaria de Turismo, Esporte, Lazer e Juventude, solicita a contratação de serviço de arbitragem com a finalidade de apoio ao Torneio de Vôlei de Praia de 2023 apoiado pela SETELJ, esse torneio tem a mobilização de 10 a 12 equipes, com participação direta de mais de 100 pessoas, dentre elas atletas, organização e familiares.

Considerando que contratação dessa empresa é de interesse público, pois ajudará no incentivo e manutenção do esporte amador no município e ainda a prática de esportes tornando uma sociedade mais saudável.

Considerando que o processo nº 2805/2022 não se concretizará em tempo de viabilizar a realização desse Campeonato.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. A prestação de serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

### 4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1. O objeto do presente termo de referência será prestado conforme a quantidade de jogos de cada evento realizado pela Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto, com prazo não superior a 30 (trinta) dias úteis após recebimento da nota de empenho.

4.2. A prestação de serviço será executada no local predeterminado mediante onde será o evento realizado ou apoiado por esta Secretaria. Sendo transporte e alimentação por conta dos Prestadores de Serviço de Arbitragem.

4.3. O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

4.4. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com este termo.

### 5. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. A Prestação de Serviço de Arbitragem serão recebidos:

- a. Provisoriamente, a partir da execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes nesse termo e da proposta.
  - b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.
- 5.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução do serviço em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **6.1. A Contratada obriga-se a:**

- 6.1.1 Executar o serviço com todos os componentes da equipe de arbitragem, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do termo e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da quantidade de árbitros, horário e local onde foi prestado o serviço.
- 6.1.2 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 6.1.3 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 36 (trinta e seis) horas que antecede a data de prestação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.5 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;
- 6.1.6 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.1.7 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 6.1.8 **Apresentar, para fins de qualificação técnica:**
  - 6.1.8.1 Declaração da disponibilidade de profissionais qualificados para executar, satisfatoriamente, o objeto da presente contratação;
  - 6.1.8.2 Atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste termo, de forma satisfatória;

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **7.1. A Contratante obriga-se a:**

- 7.1.2 Avisar previamente no prazo de 15 (quinze) dias o local, data e horário;
- 7.1.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 7.1.2. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## **8. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

8.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **9. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

- 9.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria de Turismo, Esporte, Lazer e Juventude, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- 9.2. O representante da Secretaria de Turismo, Esporte, Lazer e Juventude será o Diretor de Turismo e Lazer Filipe Souza Carvalho, MATRÍCULA 4219, Diretor de Esportes, Marcelo Tavares Esteves, Matrícula 3755.
- 9.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 171 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**São José do Vale do Rio Preto, 26 de Maio de 2023.**

---

**Luciene Maria Pereira**  
Secretaria de Turismo, Esporte, Lazer e Juventude

